

## GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 7 de maio de 1987

## Realismo na formulação do programa de reajustamento

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, já deixou bem claro que o governo não cogita no momento de suspender a moratória ou tomar qualquer medida que altere, em essência, a política seguida até aqui no que diz respeito ao relacionamento com os credores internacionais. Uma modificação, a essa altura, não teria sentido, mesmo porque o País não dispõe de recursos para fazer o pagamento dos juros em atraso e, quanto a isso, o novo presidente do Banco Central, Fernando Milliet, apresentou uma cifra que não deixa margem a dúvidas: as reservas cambiais, no conceito de disponibilidade de caixa, encontram-se atualmente em torno de US\$ 3 bilhões, ou seja, menos que o suficiente para cobrir três meses de importações.

Nessas circunstâncias, o governo deve reencetar as conversações com os credores com vistas à obtenção de novos empréstimos, mas só deverá fazê-lo, como disse Milliet, depois de ter formulado um plano para o reajustamento a curto prazo da economia e propostas concretas para discu-

tir no que se refere ao endividamento.

Trata-se, pois, de definir metas a partir do que se considera factível, sem lançar o País em uma recessão. A esse respeito, o novo presidente do Banco Central foi incisivo em seu discurso de posse, ao assinalar que o reajustamento tem em mira "consolidar as condições do nosso desenvolvimento". "A questão não é se optamos por crescimento ou recessão", continuou Milliet. "O crescimento é indispensável para a manutenção de uma política de emprego e de distribuição de renda, bem como para modernização, eficiência e competitividade de nossa economia. Mas, simplesmente, nesta fase, não há saída fora de uma política realista de decréscimo econômico."

No que se refere às relações com os credores, o dado básico é a dimensão do saldo comercial a ser obtido neste ano. O governo poderia "esticar" o superávit através de medidas artificiais de contenção das importações. Mas, estando essa hipótese excluída, as autoridades devem fixar um objetivo viável, a partir do qual será

estimado o volume de dinheiro novo de que o País necessita.

Como analisamos anteriormente, parece-nos ambiciosa demais a meta de um superávit de US\$ 8 bilhões na conta de comércio neste ano, mesmo com a recente mididesvalorização do cruzado. Mas, naturalmente, de posse de dados atualizados e depois de sondagens na área do comércio exterior, cremos que o governo terá, em breve, condições de estimar com maior precisão a cifra que pode ser esperada.

Isso é recomendável, inclusive, como instrumento de negociação. A experiência de negociações recentes, como as realizadas com os governos representados no Clube de Paris, mostra que os credores têm o vício de apresentar um número, calculado segundo fatores de sua conveniência, para o saldo comercial a ser obtido. Optando por não prometer o que sabe que não pode cumprir, o atual governo tem-se recusado a se comprometer com qualquer cifra, mas, com a mudança da equipe econômica, é previsível que esse tipo de pressão de novo se mani-

feste, e será de utilidade que os negociadores nacionais estejam seguros de suas previsões. Isso vale igualmente para as projeções quanto ao comportamento da inflação, com base, principalmente, na meta a ser fixada para a contenção do déficit público.

O presidente do Banco Central mencionou ainda a inclusão, nas propostas a serem discutidas com os credores, de uma nova regulamentação para a conversão de empréstimos em capital de risco. Certamente, isso pode vir a facilitar o andamento das negociações, dado o interesse por essa alternativa existente nos meios financeiros internacionais. A conversão de empréstimos em investimentos diretos, é certo, não resolve o problema do endividamento nem a curto nem a longo prazo, uma vez que não significa aporte de dinheiro novo e deve ser forçosamente limitada. Não deixa de ser conveniente, porém, a formulação de um plano com essa finalidade, que contribuiria, como disse Fernando Milliet, para o equacionamento da questão externa e a retomada dos investimentos.